

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA BAHIA: NOTAS PRELIMINARES PARA A COMPREENSÃO DO TRADICIONALISMO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro¹

Paula Ruas Ferreira²

Daniella Miranda Santos³

Camila Nunes Duarte Silveira⁴

Maria Cleidiana Oliveira de Almeida⁵

RESUMO

O presente estudo aponta acontecimentos referentes à expansão do Império Português, à sua situação econômica, administrativa, e situação política frente a outros países da Europa e, neste âmbito, também, acontecimentos pedagógicos e educativos, levando em conta que o que acontecia na Bahia, capital da Colônia, acontecia, também, em menor escala, no âmbito do território brasileiro, colonizado pelos portugueses. Sob uma perspectiva histórica e dialética, continuamos pesquisas anteriores acrescentamos novos dados em torno da educação brasileira, categorizando varias faces da educação no Brasil Colônia. Mediante uma coleta conjunta de um grupo de pesquisa, transitamos por quase três séculos de educação, considerando o início da História da Educação Colonial com a chegada dos primeiros jesuítas, junto com a expedição de Tomé de Sousa, em 1549, e o final com a chegada de D. João VI, em 1808. Do início da colonização até a consolidação do Brasil como nação, período que compreende os séculos XVI, XVII e XVIII, a história nos aponta modelos diferenciados de educação, segundo os agentes envolvidos, segundo o lugar social de cada educando, enfim, segundo as circunstâncias. A educação, mais intencional, se dava nos colégios e nas missões. Acontecia também, de modo mais informal, nas senzalas, nas casas das famílias e em alguns organismos sociais, como irmandades, ordens terceiras paróquias e corporações de ofício. Finalizamos, reafirmando que, para conhecer a educação daquela época, envolvida em tantas facetas, carece conhecer um pouco mais os aspectos econômicos, políticos, administrativos, sociais, culturais, religiosos, o pensamento pedagógico e a ação educativa do Brasil colonial.

Palavras-chave: Educação;Religião; Ordens Religiosas; Colônia; Estado Português

HISTORY OF EDUCATION IN BAHIA: PRELIMINARY NOTES FOR TRADITIONALISM UNDERSTANDING IN BRAZILIAN EDUCATION

ABSTRACT

This study shows events relating to the expansion of the Portuguese Empire, the economic situation, administrative and political situation facing other countries in Europe and, in this context also, pedagogical and educational events, considering what happened in Bahia, capital city of Cologne, happened also in a smaller level, within the Brazilian territory, colonized by the Portuguese people. From a historical and dialectical perspective, we continued previous research adding new data about the Brazilian education, categorizing various faces of education in colonial Brazil. Through the research group and collective data, we traveled for nearly three centuries of education, considering the beginning of the Colonial History of Education with the arrival of the first Jesuits, along with the expedition of Tomé de Sousa in 1549 and ended with the arrival of King John VI in 1808. From the beginning of colonization to the consolidation of Brazil as a nation, a period that includes the sixteenth, seventeenth and eighteenth centuries, the story points out different models of

education, according to those involved, according to the social situation of each student, in a informally way, under each circumstances. The education process, in more intentional way, was realized in the schools and missions. It happened also, more informally, in the slave quarters, in families and some social organizations, such as sororities, third orders, parishes and guilds. We end by reaffirming that, to understand the education of that time, involved in so many facets, we need to know a little more the economic, political, administrative, social, cultural, religious, pedagogical thinking and educational action of Colonial Brazil

Keywords: Education; Religion; Religious Orders; Cologne; Portuguese State

Introdução

Em escritos anteriores, apontamos fatos, etapas e categorias correlacionados intimamente com os acontecimentos da metrópole – Portugal. Acontecimentos estes referentes à expansão do Reino, à sua situação econômica, administrativa, e situação política frente à Espanha e a outros países da Europa e, neste âmbito, também, acontecimentos pedagógicos e educativos. Pressupomos, igualmente, que o que acontecia na Bahia, capital da Colônia, acontecia, também, em menor escala, no âmbito do território brasileiro, colonizado pelos portugueses – salvaguardadas especificidades próprias.

Após pesquisas que atualizaram a presente temática, acrescentamos novos objetos, novos questionamentos e novas hipóteses, indicativos das nossas próximas metas de estudos, todas em torno da educação brasileira, sob várias perspectivas. Como nos escritos anteriores, categorizamos fatos e etapas da educação brasileira, a saber:

- Primeiramente, por duração histórica

No século XVI, com a chegada e a instalação das primeiras ordens religiosas, destacando, de início, os propósitos dos primeiros jesuítas, capitaneados por Nóbrega, em ensinar aos pequenos índios, tanto as primeiras letras e o Evangelho, como os rudimentos do ensino profissional⁶. Ao lado de Nóbrega, cabe destacar a formidável criatividade catequético-pedagógica de José de Anchieta e a dedicação de Vicente Rodrigues no ensino das primeiras letras⁷.

Os primeiros missionários jesuítas organizaram um esquema de evangelização que tinha por objetivo montar colégios para meninos índios como uma estratégia para propagação da fé. Essa preocupação estava também expressa no Regimento do Governador Tomé de Souza no qual o rei D. João III determinava “aos meninos porque neles imprimirá melhor a doutrina, trabalhareis por dar ordem como se façam cristãos”.

Conforme estudos de Camila Silveira (2013), outras pesquisas sobre esse assunto apontam que o otimismo dos jesuítas perante a conversão dos Gentios fora abalado diante da dificuldade de evangelizar os nativos adultos. “Serafim Leite, (1938) relata que a opção em começar o trabalho com os curumins foi uma boa escolha, pois, através dos filhos, os padres poderiam atingir seus pais arredios, supersticiosos e, em geral, difíceis de mover, como toda gente já feita. A evangelização dessas crianças era a forma encontrada para viabilizar o acesso a seus pais.

Diante disso, organizaram estratégias de ensino que possibilitariam associar o plano salvacionista ao ensino das primeiras letras. Coube inicialmente, aos Padres Manuel da Nóbrega, Vicente Rodrigues (Vicente Rijo) e Azpilcueta Navarro a tarefa de educar essas crianças e nelas imprimirem a fé católica. O uso de estratégias adaptáveis ao contexto

colonial constituiu no grande desafio desses padres, pois, embora os documentos norteadores elaborados por Loyola previssem essas variações, a realidade com a qual os padres se depararam exigiu desses homens persistência e criatividade (SILVEIRA, 2013). No século XVII, com a instalação das ordens, principalmente da Companhia de Jesus, aconteceram as construções dos primeiros colégios e igrejas, já nos moldes da arquitetura jesuítica⁸ e a consolidação de um modelo educacional, baseado na *Ratio Atque Institutio Studiorum*. No campo missionário, classificamos a educação pela instalação de missões, cujo intuito, além da propagação da fé, era o de garantir a posse da terra conquistada. Podemos falar em missões jesuíticas, franciscanas e de outras tantas ordens⁹, mas, sabemos que a maior parte dessas conquistas estava ligada diretamente a uma teologia moral e a certo pensamento político-religioso veiculado na colônia, dentre outros, pelos jesuítas Antônio Vieira, Jorge Benci e João Antonio Andreoni.

Com o Século XVIII, finalizamos esta classificação cronológica, considerando a presença desses mencionados jesuítas, de significativo peso moral e político, como João Antônio Andreoni (Antonil)¹⁰, Jorge Benci¹¹ e Antônio Vieira¹² que, de certa forma, lideraram o pensamento religioso acerca da evangelização colonial. Alguns padres diocesanos também se fizeram notar, como, por exemplo, o Padre Manoel Ribeiro Rocha¹³. Tal período compreendeu desde as mudanças econômicas, políticas e administrativas da Colônia e consolidou o apogeu da organização dos jesuítas, no início do século, até as suas vicissitudes, expulsão no último quartel e, depois, a implantação de um novo modelo cultural, que sobreviveu até o início do século XIX. Carece dizer que, após a expulsão da Companhia de Jesus, outras ordens religiosas restaram na Colônia, mas, a partir da política pombalina, o exercício do poder religioso nunca mais foi o mesmo no Brasil.

- A seguir, por modelos diferenciados de educação:

Poderíamos dividir a História da Educação no Brasil Colonial, também, por modelos diferentes de educação, segundo o lugar social de cada educando, ou seja, os brancos, portugueses, filhos da elite (pouquíssimos) eram alvos de uma educação formal, longa e diversificada, preparatória para o poder e/ou para a vida eclesiástica. Essa educação era ministrada nos colégios, nos seminários e na Universidade de Coimbra. Baseava-se, a educação dessa elite, em gramática, filosofia, humanidades e artes, e complementava-se com o estudo de cânones e teologia, conforme o modelo parisiense. Como era de se esperar, os jesuítas eram os principais promotores desse modelo educacional.

Outros portugueses brancos, menos favorecidos (segmentos restritos das classes populares) tinham acesso apenas aos rudimentos escolares: isto é, ler, escrever e contar. No dizer de Fragoso (1999), até o século XIX, vigoravam, aos moldes da Revolução Francesa, os três estados: clero, nobreza e povo. Na categoria povo, encontravam-se ricos, remediados e pobres. Os pobres ainda faziam parte do povo¹⁴. Conforme o mesmo autor, não contavam como povo: ‘as peças de Guiné’ (os negros) e o ‘gentilismo da terra’ (índios).

No caso, o clero pertencia à nobreza e gozava dos mesmos privilégios desta. Segundo as constituições religiosas, os clérigos só poderiam usar ‘cores honestas’, tonsura nos cabelos, sendo terminantemente proibidos de executarem trabalhos ‘vis e baixos’, ou seja, os trabalhos feitos com as mãos. Para o pensamento de então, esses trabalhos eram indignos de quem subia ao altar. No conceito da época, o clero pertencia à nobreza do espírito. O fundamento dessas normas estava no conceito de trabalho, segundo a visão platônica de sociedade. De acordo com essa consciência comum, os homens eram

diferentes, e suas vidas deveriam ser diferentes. Daí, as desigualdades no trabalho e na apropriação dos benefícios materiais serem vistas como uma coisa normal. A hierarquização do trabalho dependia da sua relação, maior ou menor, com o espírito ou com a matéria. Daí, o trabalho ‘vil e baixo’ ser o mais inferior, porque sujava as mãos¹⁵ (trabalho servil era trabalho do servo). Daí, decorre a importância da educação, “trabalho intelectual e espiritual”, porém à qual pouquíssimos tinham direito e acesso

A educação dos índios e mestiços, ministrada nas missões, nos engenhos e nas igrejas, ensinava apenas o catecismo preparatório para o batismo, para a vida cristã, para a obediência, e para cumprir os deveres com Deus e com o Estado. Além disso, ensinavam-se ofícios e tarefas servis que, naquele tempo, por serem desonrosas, não podiam ser executadas pelos brancos¹⁶. Vale lembrar que, nos tempos de Nóbrega, Anchieta e Vicente Rodrigues, o conceito de evangelização dos índios era mais idealista e humanitário, no sentido de “evangelizar para a salvação”, do que nos séculos XVII e XVIII, tempos em que a evangelização apontava visivelmente para o sucesso da empresa colonial.

- Estratégias pedagógicas de cada ordem religiosa

Outro fato importante é que o trabalho missionário estava intrinsecamente ligado com a política do Império Português e envolvia diversas ordens religiosas. Por causa das riquezas da região das minas gerais, as ordens religiosas foram proibidas de lá entrar pelo Rei D. João V. O primeiro bispado de Mariana foi instalado em 1745 e, além do bispo, só eram permitidos alguns padres diocesanos. Da mesma sorte, a ausência de ordens religiosas e missionárias na região mineradora, também tinha relação direta com a política imperial portuguesa que não permitia muita participação das ordens religiosas na região. Nem àquelas subordinadas diretamente à Santa Sé e, nem mesmo àquelas subordinadas ao Padroado Régio¹⁷.

Em conformidade com os colonizadores, as ordens religiosas desenvolveram também, estratégias pedagógicas para tratar da educação/evangelização dos escravos, principalmente dos escravos domésticos. Ao mesmo tempo, encetaram campanhas pela humanização da escravidão e participaram da elaboração de leis canônicas que garantissem tanto a evangelização desses escravos negros, como as normas que deveriam direcionar o seu trato pelos patrões, porém, com claras intenções catalisadoras (CASIMIRO, 2002). Vale lembrar que o Jesuíta Jorge Benci escreveu, em 1700, o livro *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*, que influenciou, sobremaneira, as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707) e convalidou o instituto da escravidão, porém, pedindo clemência. As ideias de Benci influenciaram igualmente outro livro publicado em 1758, escrito pelo padre diocesano Manoel Ribeiro Rocha, já mencionado¹⁸. Apesar de ser imbuído de propósitos diferentes, podemos dizer que também o livro *Cultura e Opulência no Brasil por suas Drogas e Minas* (1711), tem uma relação muito estreita com a obra de Jorge Benci.

Os franciscanos, como exemplo, foram partícipes desse processo educacional. Aliás, de modo geral, desde os tempos primórdios, a Igreja pensou na educação, por entender que esta é a ferramenta complementar da evangelização. Para a sua própria sobrevivência e consolidação, a Ordem Franciscana, especificamente, além dos conteúdos obrigatórios segundo as leis canônicas, necessitaram recorrer aos fundamentos originais da Ordem, apoiados em documentos, escritos, tradições orais, sobretudo escritos dos

biógrafos e hagiógrafos que sistematizaram filosoficamente a forma pedagógica de trabalhar a Regra de Francisco de Assis e suas Constituições, expandindo-se também para outras áreas de estudo, conforme estudo de Paula Ruas Ferreira (2016). Apesar de sabê-la mais recente, consideramos a *Ratio Studiorum OFM* como portadora de deliberações efetivas para a orientação da formação franciscana, uma vez que ela contém os princípios de todos os documentos oriundos de Francisco¹⁹

Vale reafirmar que, assim como a pedagogia jesuítica teve seu cerne inicial nos *Exercícios Espirituais* do próprio Inácio de Loyola, se baseou na Parte IV das *Constituições* inicianas e foi sistematizada na *Ratio Atque Institutio Studiorum*, consideramos, igualmente Paula Ruas Ferreira (2016), que a pedagogia franciscana também teve seu cerne nos escritos originais de Francisco, se inspirou na *Regra Bulada* e nas *Constituições da Ordem Franciscana*, e foi sistematizada pela *Ratio Studiorum OFM*²⁰. Ao que tudo indica, a despeito da base religiosa de ambas, advinda da teologia moral cristã, cada uma guarda características próprias de acordo com os ideais de suas denominações e com os princípios dos seus fundadores. Além disso, como acontece com os jesuítas que sempre se adequaram bem ao lugar onde habitaram, no caso do franciscanismo, como está disposto na *Ratio*, cada província, custódia ou guardianato deveria adaptar suas regras de acordo com suas necessidades.

No que respeitam às ordens segundas, algumas ordens femininas começaram a chegar a partir do século VXII, sendo que as primeiras foram as clarissas enclausuradas (denominação franciscana), que chegaram à Baía de Todos os Santos no dia 29/04/1677 e, pouco tempo depois, construíram o Convento do Desterro, em Salvador²¹. Desde o final do século XVI, as famílias baianas já rogavam ao Rei que mandassem freiras para fundarem conventos e internatos para as suas filhas. Porém, as primeiras só chegaram em meados do século XVII. Cartas e documentação sobre as negociações para a vinda das irmãs clarissas é objeto da exaustiva pesquisa histórica de Ana Amélia Vieira do Nascimento, bem como de análise linguística dos estudos de Tânia Lobo²² e revelam traços do cotidiano das clarissas e do seu processo educacional.

Ao lado do ensino formal instituído e ministrado pela Igreja Católica com a anuência do Estado Português, o Brasil colonial comportava um número significativo de colonos que não se enquadravam em nenhuma das classes acima descritas, ou seja, eram ‘desclassificados’²³. Faziam parte de uma realidade composta de filhos de escravos domésticos, órfãos, crianças abandonadas, filhos ilegítimos (inclusive filhos de padres), mestiços, negros alforriados etc. e para os quais havia formas de educação distantes do padrão vigentes (RUSSELL-WOOD, 1981). Muitas dessas pessoas conseguiam trabalho como aprendizes de oficiais mecânicos e nos serviços do comércio. No caso das mulheres, muitas vezes estas aprendiam ofícios domésticos e engrossavam os exércitos de doceiras, lavadeiras e quitadeiras que perambulavam pelas cidades da Colônia. Sem dúvida que no setor feminino as mulheres mais maltratadas e sem direitos eram as escravas negras, muitas vezes eram até alugadas para proventos dos patrões. Alguns setores eram mais marginalizados ainda, como os fora-da-lei, quilombolas, fugitivos, feiticieras, prostitutas e cafetões²⁴.

Resumindo esse panorama, a educação religiosa de ambos os gêneros, no Brasil Colonial foi ministrada: a) nos conventos (para a formação dos quadros religiosos); b) nas irmandades e ordens terceiras²⁵ (para associarem-se na fé, sob a orientação de um orago); c) e nos engenhos e paróquias (para evangelizar e submeter), para cumprimento das disposições das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, promulgadas em 1707.

Ficou claro, porém, que mesmo nessas classes, pouquíssimos foram os beneficiários da educação e, mesmo camadas do baixo clero recebiam uma ordenação aligeirada para ingressarem nas hostes evangelizadoras, sempre carentes de mais “soldados de cristo”.

As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* dedicaram boa parte de seu Livro I à educação e à formação do cristão, assim como regularam os termos de compromisso de cada ordem, seus regimentos, e estatutos. Na Colônia, essas formas de ‘educação informal’, apesar de informais, eram severas e obrigatórias. De acordo com o estudo de Maria Cleidiana Almeida (2014), também as *Constituições Primeiras*, fortemente influenciadas pelas ideias de Jorge Benci, corroboraram com esse modelo escravista-cristão, ao apresentarem uma forma de doutrina simplificada para catequizar os rudes escravos e não se manifestarem contra a escravização dos negros.

E porque os escravos do Brasil são os mais necessitados da Doutrina Christã, sendo tantas as nações, e diversidades de linguas, que passão do gentilismo a este Estado, devemos de buscar-lhes todos os meios, para serem instruidos na Fé, ou por quem lhes falle nos seus idiomas, ou no nosso, quando elles já o possuem entender. E não há outro meio mais proveitoso, que o de uma instrução accommodada á sua rudeza de entender, e barbaridade de fallar. Portanto serão obrigados os Parochos a mandar fazer copias, (se não bastarem as que mandamos imprimir) de breve fôrma do Cathecismo, que vaino titulo 32 para se repartirem por casas dos frequezes, em ordem a elles instruirem aos seus escravos nos mysterios da Fé, e Doutrina Chistã, pela fôrma da dita instrução, e as suas perguntas, e respostas serão as examinadas, e mais facilmente do que estudado de memoria o Credo; e outras, que aprendem, os que são de mais capacidade (VIDE, 2007: LIV.III, Tit.III, nº 8).

Foi mais precisamente nos dois primeiros discursos de a *Economia Cristã*, que os peritos do sínodo buscaram as razões pelas quais os senhores coloniais e os párocos deveriam catequizar os escravos. Segundo Casimiro (2002, p. 291-292), é possível evidenciar exatamente ‘onde’, ‘quando’ e ‘em que’ as *Constituições* se ampararam nos argumentos bencianos. A *breve instrução dos mistérios da fé* prescrita para os escravos, por exemplo, foi inspirada diretamente no segundo sermão de Benci, que faz referência ao que deveria ser feito para ministrar-lhes o “pão espiritual”, ou seja, a catequização. Vejamos o que o texto de Benci diz sobre a catequese para os negros: “Quando não possais ou não queirais [doutrinar os escravos]: porque os não trazeis aos Colégios e casas da Companhia, e aos mais Conventos das outras famílias Religiosas, onde há operários, que têm à sua conta ensinar os escravos no seu mesmo idioma” (BENCI, 1977, p. 89).

Já as *Constituições Primeiras*, inspiradas em Benci, dizem sobre o ensinamento dos conteúdos doutrinários aos negros:

[...] muitos escravos, que há neste Arcebispado, são muitos delles tão buçaes, (33) e rudes, que, pondo seus senhores a diligencia possivel em os ensinar, cada vez parece que sabem menos, compadecendo-nos de sua rusticidade, e miseria, damos licença aos Vigarios, e Curas, para que constando-lhes a diligencia dos senhores em os ensinar, e rudeza (34) dos escravos em aprender, de maneira que se entenda, que ainda que os ensinem mais, não poderão aprender, lhes possuem administrar os Sacramentos do Baptismo, Penitência, Extremunção, e Matrimonio, (35) catequizando-os primeiro nos mysterios da Fé, nas disposições (36) necessárias para os receber (VIDE, 2007: LIV.I, Tit. XIV, nº 55).

Como sabemos, além da educação ministrada pelos jesuítas, outras ordens religiosas também foram responsáveis por segmentos da educação colonial como as ordens dos carmelitas, mercedários e franciscanos (com suas várias denominações: observantes, conventuais, capuchinhos), responsáveis pela formação dos seus quadros (nos conventos), educação feminina, infantil, por inúmeras missões, ensino de primeiras letras e obras de catequese por todo o Brasil (JABOATÃO, 1859; FRAGOSO, 1992; MOREIRA NETO, 1992). Não podemos esquecer que a despeito das constituições específicas de cada ordem todas as “religiões”²⁶ da época obedeciam a um tipo especial de pensamento teológico comum à modernidade pós-descobrimientos.

Como já dissemos, a ocupação do território brasileiro pelas ordens religiosas não foi feita sem disputas. Disputas entre as ordens; entre os colonos e as ordens; entre uma ou mais ordens com o Império Português e mesmo disputa entre a Igreja, o Império e outras nações limítrofes, como a Espanha, por exemplo, na região do Prata. A presença dos franciscanos no Maranhão, em 1624, inquietou os jesuítas que ali já estavam, desde 1622 e, conforme estudo de Moreira Neto (1992, p. 66), iniciou-se “uma longa pendenga entre as duas ordens, que discutiram longamente a questão das prioridades e dos acertos na condução da catequese dos índios”.

A despeito de tais querelas, a Companhia de Jesus conquistou mais segmentos do espaço colonial do que as demais ordens. Com uma organização escolar mais ‘eficiente’, além de liderar o movimento missionário, teve colégios espalhados por todo o Brasil e atuou, no campo educacional, desde a vinda dos primeiros jesuítas, liderados pelo Padre Manoel da Nóbrega, em 1549, até à expulsão da Companhia, em 1759. Portanto, atuou 210 anos. Ao lado da educação nos colégios, os jesuítas desenvolveram um trabalho missionário, consistente e duradouro, por todo o Brasil, principalmente nas regiões de fronteira — neste caso, com claros objetivos econômicos e políticos, como já afirmamos — mas, também, próximo aos núcleos urbanos iniciais (FRAGOSO, 1992; HORNAERT, 1992), onde a evangelização dos escravos domésticos e índios reduzidos garantia a obediência ao senhor e a posse da terra conquistada. Daí porque pretendemos discorrer mais particularmente sobre esses padres.

A Companhia de Jesus no Brasil

Se a história do ensino em Portugal, nos séculos XVI, XVII e XVIII, é configurado pela estreita ligação entre Igreja e Estado (com a presença majoritária dos jesuítas) — em todo o espaço reinol, e no Brasil principalmente, a história se repetiu com suas singularidades. No mundo colonizado, os agentes da Companhia de Jesus aumentaram seus quadros, paulatinamente, e atuaram em todos os campos do conhecimento: econômico, jurídico, social, religioso e educacional. Além disso, foram parte importante da Igreja e do Estado. Alguns participaram como preceptores, confessores ou mesmo conselheiros reais.

Quando chegaram ao Brasil em 1549²⁷, tiveram que se adaptar às peculiaridades do panorama tropical, tanto no que diz respeito às condições físicas e materiais, quanto às características culturais, que, ao se plasmarem iam, lentamente, ganhando novas formas, naquela nascente sociedade, a partir da contribuição do elemento colonizador inicial: o português (conquistador), o índio (dominado), e, pouco depois, o negro, trazido compulsoriamente da África, na condição de escravo. A adaptação dos jesuítas não aconteceu de maneira muito fácil. Pelo contrário, como atestam os seus documentos epistolares, analisados por Camila Silveira (2013), esses religiosos enfrentaram, desde o início.

Dentro da idéia de longa duração, e em cada contexto especial — a depender dos bons ventos políticos ou das adversidades que se abateram sobre a Companhia — muita coisa aconteceu nas estratégias pedagógicas idealizadas por seus líderes. Desse modo, ao falarmos da História da Educação, tendo em vista somente a ação da Companhia de Jesus, vários podem ser os objetos, vários podem ser os enfoques e várias são as literaturas a serem revisadas. E não há dúvida de que essa discussão já vem sendo feita.

Observamos, grosso modo, duas tendências interpretativas acerca da ação pedagógica dos jesuítas na colônia. A primeira tendência, de caráter mais apologético, caracteriza-se, sobretudo, pela dificuldade em aceitar críticas aos 500 anos de ação evangelizadora da Igreja²⁸. Estes autores, dentre outros, reagem com certa acidez verbal contra escritos onde está dito exatamente o contrário: no afã de fazer justiça à verdade histórica alguns historiadores correm o risco de análises parciais e/ou contaminadas pelo ‘presentismo’, passando a julgar, segundo os critérios atuais, o nível de consciência da época colonial. Esta é a segunda tendência, inclusive defendida por alguns²⁹ dos representantes da Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina – CEHILA.

Grande parte da literatura sobre o assunto, afirma Lília Nagel (1996, p. 24-38), posiciona-se a favor ou contra os fatos, qualificando moralmente a ação dos padres. Daí, na perspectiva positiva, os jesuítas são vistos como grandes catequistas, evangelizadores eficientes que despertam muitas vocações, bondosos cristãos, opositores da crueldade dos colonizadores, defensores dos índios ou educadores conscientes que, compreendendo a realidade dos gentios, amoldam os ensinamentos à sociedade indígena. De fato, há aspectos de verdade que mereceriam ser mais bem elucidados nesse viés positivo. Na perspectiva dos juízos negativos, muitas vezes, as críticas aos jesuítas seguem e banalizam o modelo anticlericalista dos iluministas³⁰.

Na visão da autora, como o sujeito do projeto educacional colonial não tinha as características do sujeito europeu, as condições da existência do ensino escolástico “esboroam-se” e este é substituído, principalmente junto aos índios, por rituais alegres, festas, música, procissões e teatro, dando um novo significado ao termo de doutrina (que passa a ser ato de negar a antropofagia, recusar a guerra, eliminar a preguiça etc.). Doutrinar, neste novo contexto significaria: ensinar – através da fé, a ter uma vida com normas, e obediência a um superior, sob as coordenadas do trabalho (NAGEL, 1996, p.36). E isso, sem dúvida os jesuítas fizeram, principalmente nos tempos de Nóbrega, Anchieta e Vicente Rodrigues. E continuaram a fazê-lo no decorrer do tempo colonial.

Concordamos com Lília Nagel (1996, 24-38), para quem os jesuítas, na sua missão pedagógica no Brasil colonial, mais do que simples teorias escolásticas, exerceram uma prática criativa e inovadora nos trabalhos que desenvolveram nas missões e nos aldeamentos nativos. E lembramos que, desde a sua chegada, tiveram que vencer as barreiras da língua (aprendendo a língua nativa, elaborando uma linguagem comum – a língua ‘Geral’ – e, posteriormente, ensinando português, a língua do conquistador), para, depois, doutrinar.

Os autores de História da Educação falam do método jesuítico baseado no *modus parisiensis*³¹ e no rigor escolástico. A partir desse ‘método’, podemos mencionar três documentos, organizados por Inácio de Loyola, que direcionaram, de uma maneira muito rígida a metodologia jesuítica encaminhada nos colégios: Os *Exercícios Espirituais*; A parte IV das *Constituições da Companhia de Jesus* e *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu*³². Esses três documentos eram as principais diretrizes que garantiram a uniformidade da prática pedagógica dos jesuítas em toda a sua caminhada missionária e doutrinária, com adaptações necessárias, caso se tratasse do Império Português, caso se

tratasse de combater os hereges franceses e alemães; caso se tratasse de evangelizar os europeus, caso se tratasse de catequizar os negros da terra do Brasil (índios) ou os africanos escravizados (CASIMIRO, 2002).

Os Fundamentos Teológicos e Morais da Educação Colonial.

Além dos currículos e conteúdos permitidos nos colégios e na catequese, circularam no Brasil colonial e no Império Português, idéias pedagógicas inspiradas na filosofia clássica, no Estoicismo, nas Sagradas Escrituras, na Patrística, na Escolástica. Essas ideias eram ressignificadas no desenrolar da história e adaptadas à compreensão e à conveniência de cada tempo e lugar, por canonistas, teólogos e moralistas, comumente chamados doutores da Igreja. Principalmente a partir de meados do século XVII, até a primeira metade do século XVIII, estas idéias, baseadas em princípios do Antigo Testamento e nos ensinamentos cristãos, eram apresentadas em forma de sermões, doutrina e livros de reflexões morais, e passaram a ser difundidas com mais vigor, mediante a anuência das ordens religiosas e, obrigatoriamente, com a licença oficial (*imprimatur*) da Igreja Católica.

Estudiosos³³ do Brasil colonial nomeiam os principais intelectuais orgânicos que influenciaram e foram influenciados por idéias pedagógicas e que, segundo a nossa interpretação, estavam a serviço de uma pedagogia da dominação. E todos, indistintamente, se admiram de como estes intelectuais foram eficientes no desempenho desse papel, prevalentemente, os jesuítas Antônio Vieira, Jorge Benci, e João Antônio Andreoni (conhecido pelo pseudônimo Antonil) e o Padre Diocesano Manoel Ribeiro Rocha.

Nesse emaranhado de idéias morais, doutrinárias, filosóficas e educacionais, uma corrente de pensamento marcou presença forte. Trata-se do pensamento estóico³⁴, usado, principalmente, para minimizar os conflitos entre senhores e escravos. Na pedagogia moral colonial, a contribuição estóica foi tão significativa quanto aos textos da Sagrada Escritura, Patrística e Escolástica. Isto se explica porque o estoicismo passou por um fundamento histórico original e se firmou, posteriormente, exercendo influência sobre outras doutrinas, especialmente sobre o cristianismo, nos aspectos da teologia moral. Para os estóicos, os princípios mais evidentes são a conformação e imperturbabilidade, que vão exercitar as virtudes³⁵.

A filosofia estóica aparece nos textos coloniais sob vários pretextos: para aconselhar os senhores; para abrilhantar as obras com a sua gramática elegante; para exemplificar modelos de comportamento; e com o intuito de reforçar as citações bíblicas. Tanto aparece cristianizada na voz dos teólogos da Igreja como perpetuada pelo humanismo renascentista. Uma expressão da força do estoicismo, na sua forma pura, até o século XVIII, encontra-se na representação das Odes de Horácio nos azulejos do Claustro do Convento de São Francisco de Assis da Bahia, um verdadeiro teatro vivo de azulejos, cuja gramática visual destinava-se à educação virtuosa dos frades³⁶.

Tais idéias morais e teológicas de Vieira, Benci, Antonil e dos seus coetâneos, advindas da Patrística, da Escolástica e do Estoicismo, influenciaram, sobremaneira, na elaboração das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, promulgadas em 1707, pelo Arcebispo de então, D. Sebastião Monteiro da Vide³⁷, que por uns dois séculos, foram as diretrizes jurídicas ideológicas, religiosas e pedagógicas para confirmar e legitimar todo um sistema de poder imposto.

Composta de cinco livros, elaborados por peritos sob a presidência de D. Sebastião Monteiro da Vide, As *Constituições* baianas se baseiam na tradição cristã, nos livros da

Sagrada Escritura e no Direito Canônico. Dos dezenove examinadores sinodais nomeados para a sua elaboração, seis eram jesuítas, dois eram beneditinos, dois eram carmelitas, dois franciscanos, um agostiniano e um era carmelita descalço. Os cinco restantes eram padres seculares de altas dignidades eclesiásticas (CASIMIRO, 2002).

De acordo com Almeida (2014), “As *Constituições Primeiras* estabeleceram um catecismo simplificado para a catequização dos negros escravos, justamente quando a colônia era abalada pelas repercussões do levante de Palmares e outros movimentos de revolta. Foi como se o temor tivesse repentinamente alertado a Igreja para a necessidade de desenvolver um projeto catalisador de conflitos. Ao imprimir na mente dos escravos a concepção cristã da escravidão, a Igreja Católica cumpria seu papel religioso e ao mesmo tempo buscava tornar os negros escravos conformados com tal situação, evitando assim novos conflitos.

Fica evidenciada, pois, a existência de uma forma de pensamento pedagógico, vivo e cambiante da Igreja, um pensamento predominante sobre o tipo de educação que deveria ser dada para cada segmento que compunha aquela sociedade. Nessa dialética, Jorge Benci (1977), principalmente, recebeu influências não só de Vieira (1940) e de outros letrados que clamaram contra a escravidão na Colônia e preconizaram formas de educação, mas, também, dos mais renomados teólogos e moralistas em voga naquela época. Além de sofrerem influências, mencionados teólogos influenciaram sobremaneira as gerações religiosas posteriores.

As últimas décadas do século XVIII

No Governo de D. José I e com a força política do seu principal ministro, o Marquês de Pombal, aconteceu uma virada iluminista em Portugal que, dentre outros efeitos, redundaram na expulsão dos Jesuítas do Império Português, em 1759. Segundo Rogério Fernandes, tal fato favoreceu o estabelecimento dos Oratorianos. Para o autor, lá mesmo em Portugal, “O Colégio das Necessidades representou a abertura de mais uma brecha no monopólio Jesuíta sobre o ensino” (FERNANDES, 1978, p.69).

No citado período, além do favorecimento aos oratorianos, o Alvará Régio de 28 de junho de 1759 criou o cargo de diretor geral dos estudos, a prestação de exames para professores e nomeou comissários destinados a fiscalizar o ensino. Considera Romanelli (2003, p.36) que essa substituição abrupta dos educadores jesuítas acarretou dificuldades, uma vez que “desmantelou-se toda uma estrutura administrativa de ensino”, mas, entretanto, não modificou o ensino nas suas bases, pois, além dos jesuítas, havia um enorme clero, formado aos moldes da pedagogia jesuítica, que continuaram a exercer a docência nas fazendas, nos seminários, nas missões. É certo que na literatura brasileira e portuguesa mais recente existem tendências as quais relativizam a importância da cultura jesuítica uma vez que o iluminismo pombalino também inaugurou novas formas de pensamento pedagógico, em detrimento do modelo escolástico.

Foi também dessa parcela que saíram os professores recrutados para as aulas régias instituídas pela reforma pombalina. Com a queda de Pombal, no governo de Dona Maria I, surgiu, em Portugal, a ‘viradeira’, isto é, “uma recuperação conservadora em oposição às forças progressistas, mas que, no âmbito da escola, não foi mais do que um reflexo das contradições da vida social e política do Reino e de suas colônias” (FERNANDES, 1978, p. 88). A recuperação conservadora da “viradeira”, entretanto, não trouxe de volta um passado que acontecera em um momento de força e embate da Igreja Católica com a modernidade nascente.

Mas, sob outras facetas, os problemas da educação continuaram, no século seguinte. Na sua dissertação de Mestrado: *História da Educação no Brasil: o olhar dos viajantes britânicos sobre a Educação (1880-1889)*, Ana Paula Seco mostra a situação educacional no período colonial, a desorganização advinda com a expulsão dos jesuítas, a Reforma Pombalina e o estado da educação brasileira no século XIX. Segundo a autora, a chegada de D. João VI ao Brasil, sob a proteção da marinha inglesa, a abertura dos portos e, principalmente, pela confirmação de privilégios políticos e comerciais com a Inglaterra, surgiu, no Brasil, como diz Ana Paula Seco (2004, p.121), o chamado ‘século inglês’. Como ela relata, por meio do olhar dos viajantes ingleses, “o processo de europeização, intensificado com a abertura dos portos, colocou o problema da educação, ou, melhor dizendo, a sua precariedade ou mesmo sua inexistência”.

A despeito da precariedade, o século do Império e o contacto com nações europeias, mormente França e Inglaterra, importou traços culturais que possibilitaram sonhos de diplomas e cabedais culturais para as classes em ascensão, ou mesmo às mais abastadas, com a criação dos primeiros cursos superiores do país. Por exemplo, como explica Daniella Miranda Santos (2012), “a implantação do colégio-seminário³⁸ pelo Bispo de Olinda, José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, forneceu as bases para o primeiro Curso Jurídico em 1827 e contribuiu enormemente para a consolidação do Estado Nacional”.

Através do delineamento histórico da atuação educacional, religiosa e política de Dom Azeredo Coutinho, evidenciou-se como, no início do século XIX, Igreja e Educação influenciaram a criação dos primeiros cursos jurídicos no Brasil, consolidando assim o Estado Nacional e, nesse panorama, destacou-se a contribuição do Bispo o qual fundou a instituição que alguns estudiosos acreditam ser o primeiro estabelecimento de ensino superior do país: O Seminário de Olinda (1800-1836).

Ainda, conforme a autora (2012), as relações Estado e Igreja, no século XIX, foram determinadas primeiramente pela Constituição Imperial, de 1824, prevaleceram convulsionadas durante todo o Segundo Império e chegaram a um termo, desfavorável para os católicos com a laicização do Estado como consta na primeira constituição Republicana de 1891. Certamente que o estatuto advindo com a Primeira República, bem como a ordem econômica mundial e nacional modificaram as perspectivas educacionais do país. Mas mesmo assim, no início do século XX, a chegada de novas ordens religiosas cuja principal missão era converter pela educação proporcionou novo fôlego para a influência religiosa na educação.

Conclusões

Foram quase três séculos de educação, se coincidirmos o início da História da Educação Colonial com a chegada dos primeiros jesuítas, junto com a expedição de Tomé de Sousa, em 1549, e o seu final com a chegada de D. João VI ao Brasil, em 1808. Finalizamos, reafirmando que para conhecer a educação daquela época, envolvida em tantas facetas, carece conhecer um pouco mais os aspectos econômicos, políticos,

administrativos, sociais, culturais, religiosos, o pensamento pedagógico e a ação educativa do Brasil colonial.

Do início da colonização até a consolidação do Brasil como nação, período que compreende os séculos XVI, XVII e XVIII, a história nos aponta modelos diferenciados de educação, segundo os agentes envolvidos, segundo o lugar social de cada educando, enfim, segundo as circunstâncias. A educação, mais intencional, se dava nos colégios e nas missões. Acontecia também, de modo mais informal, nas senzalas, nas casas das famílias e em alguns organismos sociais, como irmandades, ordens terceiras paróquias e corporações de ofício. Tal educação tinha, como principal agente, a Igreja Católica que, consoante com o Império, atuava no campo educacional, no campo religioso e direcionava a moral, a ética, os costumes, os direitos e os deveres do homem colonial. A serviço da Igreja e atuando na educação e evangelização, estavam parcelas do clero diocesano e as ordens religiosas aqui instaladas, capitaneadas, é claro, pela Companhia de Jesus.

Além dessas manifestações educativas concretas, observamos que era disseminada, pela religião, mediante vários signos culturais³⁹, uma **pedagogia religiosa**, de contornos imprecisos, subjacente às regras e à *práxis* religiosa e educacional tradicionalmente conhecida na Colônia, e que extrapolava não só os limites da educação ministrada nas escolas de primeiras letras, nos colégios e nas missões, mas, também, os limites da educação ministrada no lar e nas paróquias. Era uma pedagogia que impregnava a sociedade colonial em todos os seus espaços, públicos e privados, que doutrinava e que castigava — em nome da fé — indistintamente, vigilante, noite e dia, e da qual, todos eram, ao mesmo tempo, mestres e alunos. Essa pedagogia, transplantada de Portugal, foi a quintessência da vida colonial e, mesmo quando terminaram as relações coloniais, com a vinda de D. João VI, com a Independência do Brasil e, mais tarde, com a Proclamação da República, muitos dos seus traços permaneceram.

Destarte, muitos dos preconceitos, hábitos, atitudes e omissão da nossa sociedade, quando o assunto em pauta é a educação do povo brasileiro, tiveram sua origem na organização social do Brasil colonial: formas de educação diferenciadas, para classes sociais diferenciadas, porém, ambas pautadas pela forma escolástica preconizada pela Igreja. Se, no século XIX e no início do século XX a laicização do Estado e da Educação minimizaram um pouco o conceito vigente de educação associada à religião, as ordens religiosas que para cá vieram nas primeiras décadas do século XX, continuaram influenciando as famílias, principalmente as mais abastadas. E, ainda hoje, observamos que as contradições sociais e muitos daqueles procedimentos arcaicos continuam a espalhar seu ranço e causar incontáveis prejuízos ao atual sistema escolar.

A cada duração histórica, muda, portanto, as formas ideológicas de dominação, sempre com prejuízo para a educação, mas não mudam as intenções dos governantes. Se outrora, além da educação formal, um coletivo de signos religiosos barrocos contribuíram para uma confirmação do poder da Igreja Católica e do Império Português; e se no Império e na Primeira República⁴⁰ signos neoclássicos expressavam idéias em voga; no presente, este papel proselitista continua válido mediante o ministério responsável pela educação e a mídia.

Dentre inúmeros exemplos, podemos citar, no campo político, a dificuldade, para muitos, de acesso à educação e, no campo ideológico, a veiculação de material didático que perpetua esses ranços e preconceitos. Tais procedimentos e tais formas de consciência são resquícios de uma ‘mentalidade’ colonial, numa sociedade de senhores e escravos e de uma mentalidade monárquica, onde poucos são os incluídos. Sabemos que algumas

qualidades positivas podem ser extraídas daquelas formas de educação, mas carecem de um estudo especial e sistemático.

Referências

- ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e Devotas: mulheres da Colônia: Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudoeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olympio: Brasília: EDUNB, 1993.
- ALMEIDA, Maria Cleidiana Oliveira de. *A Catequese nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: perpetuação de uma memória milenar*. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2014. (Dissertação de mestrado).
- ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. Est. Bibliogr. Por Affonso Taunay. Notas de Fernando Sales. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP. 1982 (Reconquista do Brasil; nova série; v. 70).
- ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil).
- ARNAUT DE TOLEDO, Cezar de Alencar. *Razão de Estudos e Razão Política: Um estudo sobre a Ratio Studiorum*. In: Encontro de Pesquisadores de Educação Jesuítica e Formação da Cultura Brasileira: 1549:1759, 1, 2001. Universidade Metodista de Piracicaba. Texto eletrônico... Piracicaba: UNIMEP, 2001. Disponível em: arnautcz@wnet.com.br. Acesso em: 20-23/05/2001.
- AZZI, Riolando. *A Cristandade Colonial: um projeto autoritário*. São Paulo: Paulinas, 1987.
- BAZIN, Germain. *A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1983. 2 vol.
- BENCI, Jorge. *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos* (livro brasileiro de 1700) (Estudo preliminar) Pedro de Alcântara Figueira; Claudinei M.M. Mendes. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- BEOZZO, José Oscar. *Leis e Regimentos das Missões: política indigenista no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1983. (Missão Aberta).
- BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder*. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CARVALHO, Rômulo de. *História do Ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. *Mentalidade e Estética na Bahia Colonial: a Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis e o frontispício da sua Igreja*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1996.

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos: uma proposta pedagógica jesuítica no Brasil colonial*. 2002. Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002. (Tese Doutorado)

CATECISMO ROMANO (Catecismo dos Párcos, redigido por decreto do Concílio Tridentino, publicado por ordem do Papa Pio Quinto em 1566). Nova versão portuguesa, baseada na edição autêntica, anotada e organizada por Frei Leopoldo Pires Martins (OFM) Petrópolis: Vozes, 1951.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: DEL PRIORE, M. (org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo, 2008.p.55-81.

COSTA E SILVA, Cândido da. História da Igreja no Brasil. In: *Seminário sobre os 450 anos do Catolicismo no Brasil*. Salvador: Arquivo do Estado da Bahia, de 23 a 26 de agosto de 1999.

ESTATUTOS DA PROVÍNCIA DE SANTO ANTÔNIO DO BRASIL. Lisboa, na Officina de Manuel e Joseph Lopes Ferreira. 1709.

FERNANDES, Rogério. *O Pensamento Pedagógico em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa. 1978 (Biblioteca Breve, 20).

FERREIRA, Tito Lívio. Portugal, a Companhia de Jesus e a Educação no Brasil. In: *Revista da Universidade Católica de São Paulo*, 20: 678-93, 1960.

FERREIRA, Paula Ruas. *A Formação dos Frades Menores no Convento de São Francisco da Bahia: Franciscanismo, Filosofia e Teologia – memória e permanência dos valores pedagógicos dos restauradores alemães (1890)*. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2016. (Dissertação de mestrado).

BENCI, Jorge. *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos* (livro brasileiro de 1700) Estudo preliminar de Pedro de Alcântara Figueira e Claudinei M.M. Mendes. São Paulo: Grijalbo, 1977.

FRAGOSO, Hugo (ofm) *Anais do IV Congresso de História da Bahia*, de 27/09 a 1º/10 1999, em Salvador, na Bahia.

FRAGOSO, Hugo (ofm). A Era Missionária (1686-1759). In: *História da Igreja na Amazônia*. Eduardo Hoornaert (Org.). Comissão de Estudos da Igreja na América Latina, CEHILA. Petrópolis: Vozes, 1992.

FRAGOSO, Hugo (ofm). O Etnocentrismo na Primeira Evangelização do Brasil. In: *Convergência*. Junho, 1990, ano XXV, número 233, pp.289-303.

FRAGOSO, Hugo (ofm). *Claustro do Convento de São Francisco: um teatro em azulejos*. Salvador: EPSSAL. s/d.

FRAGOSO, Hugo (ofm). *Um Teatro Mitológico ou um Sermão em Azulejos? Claustro do Convento de São Francisco*. 1 Ed. Paulo Afonso – Ba: Fonte Viva, 2006.

HISTEDBR – <http://www.histedbr.fae.unicamp.br>

HOORNAERT, Eduardo. A Cristandade durante a Primeira Época Colonial. In: Hoornaert, Eduardo et al. *História da Igreja no Brasil*. Tomo II, v. 1. Petrópolis, Vozes, 1983.

HOORNAERT, Eduardo. A Evangelização do Brasil Durante a Primeira Época Colonial. In: Hoornaert, Eduardo et al. *História da Igreja no Brasil*. Tomo II, v. 1. Petrópolis, Vozes, 1983.

HOORNAERT, Eduardo (Org.). *História da Igreja na Amazônia*. Petrópolis: Vozes/CEHILA, 1992.

JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasilico ou Chronica dos Frades Menores da Província do Brasil*. V.2 Rio de Janeiro: Brasiliense de Maximiliano Gomes Ribeiro, 1859. (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).

KLEIN, Luiz Fernando. *Atualidade da Pedagogia Jesuítica*. São Paulo: Loyola, 1997.

LACOMBE, A.J. *A Obra Histórica do Padre Hoornaert*. Rio de Janeiro: [s/ed], 1983.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil: século XVI*. Lisboa: Portucália, 1938. 10 v.

LEITE, Serafim. *Novas Páginas de História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965 (Brasiliana n.323).

LOBO, Tânia Conceição Freire (2001). *Para uma sociolinguística histórica do português no Brasil: edição filológica e análise linguística de cartas particulares do Recôncavo da Bahia, século XIX*. Universidade de São Paulo, São Paulo. 4 v.(Tese de Doutorado).

LOYOLA. Inácio de. *Autobiografia*. Introd. e notas de Pe. Armando Cardoso, S.J. São Paulo, 1987.

LOYOLA. Inácio de. *Obras Completas de Santo Inácio de Loyola*. (Introd. e notas) Pe. Ignácio Iparraguirre, S.J., com la autobiografia de San Ignacio editada e anotada por el Pe. Cândido de Dalmasas, S.J. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos – BAC, 1952.

MATTOS, Luiz Alves de. *Primórdios da Educação no Brasil*. O período heróico. (1549 a 1570). Rio de Janeiro: Aurora, 1958.

SANTOS, Daniella Miranda. *Memória, Igreja e Educação: Azeredo Coutinho e o Seminário de Olinda como precursor dos Cursos Jurídicos no Brasil*. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2012. (Dissertação de mestrado).

MOREIRA NETO, Carlos. Os Principais Grupos missionários que atuaram na Amazônia Brasileira entre 1607 e 1759. In: Eduardo Hoornaert (Org.). *História da Igreja na Amazônia*. Petrópolis: Vozes/CEHILA, 1992.

NAGEL, Lízia Helena. Educação Colonial: Escolástica ou Burguesa? *Revista Educação em Questão*, 6 (2): 24-38, jul/dez.1996.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Patriarcado e Religião*; as enclausuradas clarissas do Convento do Desterro da Bahia: 1677-1890. Bahia, Conselho Estadual de Cultura, 1994.

REGIMENTO ADMINISTRATIVO DA VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE NOSSO SERÁPHICO PADRE S. FRANCISCO DA CIDADE DA BAHIA. Salvador, Imprensa Econômica, 1880.

ROCHA, Manoel Ribeiro. *O Etíope Resgatado, Empenhado, Sustentado, Corrigido, Instruído, Libertado*: discurso teológico-jurídico sobre a libertação dos escravos no Brasil. (1758). (Introd. e notas) Paulo Suess. Petrópolis: Vozes; São Paulo: CEHILA, 1992.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1978.

RUSSEL-WOOD, A.J.R. *Fidalgos e Filantropos: A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981. (Coleção Temas Brasileiros).

A FORMAÇÃO DOS FRADES MENORES NO CONVENTO DE SÃO FRANCISCO DA BAHIA: FRANCISCANISMO, FILOSOFIA E TEOLOGIA - memória e permanência dos valores pedagógicos dos Restauradores Alemães (1890)

SECO, Ana Paula. *História da Educação no Brasil: o olhar dos viajantes britânicos sobre a educação (1808-1889)*. Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004. (Dissertação de Mestrado).

SILVEIRA, Camila Nunes Duarte. *A Ação Pedagógica da Companhia de Jesus no Brasil do Século XVI e os usos da Memória*. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2013. (Dissertação de mestrado).

SOUZA, Laura de Mello. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. v. 8. Rio de Janeiro: Graal, 1982. (Biblioteca de História).

TERRA, João Evangelista Martins S.J. *O Negro e a Igreja*. São Paulo, Loyola, 1988.

VAINFAS, Ronaldo. Deus Contra Palmares: representações senhoriais e idéias jesuíticas. In: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um Fio*: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e Escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*. Petrópolis: Vozes, 1986. (História Brasileira, 8).

VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707)*. (Impressas em Lisboa no ano de 1719, e em Coimbra em 1720. São Paulo): Tip. 2 de Dezembro, 1853.

VIEIRA, Antônio (S.J.). *Sermões Prêgados no Brasil II: A Vida Social e Moral na Colônia*. (Org. e notas) Hernani Cidade. v. III. Lisboa: República Portuguesa; Ministério

das Colônias; Divisão de Publicações e Bibliotecas; Agência Geral das Colônias. 1940.

Notas

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Pós-doutorado em Educação pela UNICAMP; Professora Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Fundamentos da Educação: Memória, Imagem, Religião e Educação do Museu Pedagógico da UESB. Participante do Grupo HISTEDBR GT – Bahia. E-mail: apcasimiro@oi.bol.br

² Mestre em Memória, Linguagem e Sociedade pelo PPGLM da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Pesquisadora do Grupo Fundamentos da Educação: Memória, Imagem Religião e Educação do Museu Pedagógico da UESB. Participante do Grupo HISTEDBR, GT – Bahia. E-mail: paularuas1@yahoo.com.br

³ Doutoranda em Memória, Linguagem e Sociedade pelo PPGMLS da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Pesquisadora do Grupo Fundamentos da Educação: Memória, Imagem Religião e Educação do Museu Pedagógico da UESB; Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Participante do Grupo HISTEDBR GT – Bahia. E-mail: myrandella@yahoo.com

⁴ Doutoranda em Memória, Linguagem e Sociedade, pelo PPGLM da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB; Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia- FAPESB e participante do Grupo de Pesquisa Fundamentos da Educação: Memória, Imagem, Religião e Educação, do Museu Pedagógico-UESB, Participante do Grupo HISTEDBR GT – Bahia. E-mail: mila-ped@hotmail.com

⁵ Doutoranda em Memória, Linguagem e Sociedade, pelo PPGLM da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB; Professora EFETIVA do IFBA – Bahia; Participante do Grupo de Pesquisa Fundamentos da Educação: Memória, Imagem, Religião e Educação, do Museu Pedagógico-UESB, Participante do Grupo HISTEDBR GT – Bahia. E-mail: cleidinha.prof@yahoo.com.br

⁶ Cf. nas referências: Luiz Alves de Mattos e Serafim Leite.

⁷ Cf. nas referências: Camila Duarte Nunes Silveira (Dissertação de mestrado).

⁸ Cujas expressão maior é a Igreja de *Gesú* em Roma. Conf. Germain Bazin (1983), nas Referências.

⁹ Cf. Artigos de Frei Hugo Fragoço (ofm), *A Era Missionária* (1686-1759) e de Carlos Moreira Neto, *Os Principais Grupos missionários que atuaram na Amazônia Brasileira entre 1607 e 1759*. In: Eduardo Hoornaert (Org.). *História da Igreja na Amazônia*. Petrópolis: Vozes/CEHILA, 1992, nas Referências.

¹⁰ Antonil escreveu *Cultura e Opulência do Brasil*, na defesa dos escravos, mas o livro é mais um tratado sobre as riquezas da Colônia. Cf. nas Referências.

¹¹ Jorge Benci escreveu um tratado de como educar os escravos sob alegação de cristianizá-los, mas, principalmente para adequá-los à escravidão. Cf. Referências.

¹² Inúmeras são as obras messiânicas, políticas e teológicas de Vieira e inúmeros são os seus biógrafos, cf. Referências.

¹³ Manoel Ribeiro Rocha, em meados do século XVIII, escreveu o livro *O Etíope Resgatado, Empenhado, Sustentado, Corrigido, Instruído, Libertado*: discurso teológico-jurídico sobre a libertação dos escravos no Brasil. (1758), já nos alvares do Iluminismo. Cf. nas Referências.

¹⁴ Em 1573, Gândavo escrevia: “As pessoas que, tanto que se fazem moradores da terra, por pobres que sejam, se cada um alcançar dois pares ou meia dúzia de escravos (que pode um por outro custar pouco mais

ou menos até dez cruzados) logo tem remédio para sua sustentação” (1995, p. 17). Portanto, escravo não era nem ao menos pobre, mas poderia ser propriedade de pobres honrados.

¹⁵ O trabalho mais ínfimo era o de ‘cabo de enxada’, depois, o trabalho de balcão, ou ‘cabo de lápis’, depois melhorava um pouco para ‘cabo de martelo’, para finalmente adquirir alguma ‘nobreza’ com o ‘cabo de caneta’ (FRAGOSO, Anais do IV Congresso de História da Bahia, de 27/09 a 1º/10 1999, em Salvador, na Bahia.

¹⁶ Cf. nas Referências: Beozzo; Fragoso; e Serafim Leite, dentre outros.

¹⁷ Esse é o tema da tese de Caio César Boschi, *Os Leigos e o Poder*, que fundamenta as razões da existência de tantas confrarias, arquiconfrarias, irmandades e ordens terceiras na região das minas, as quais cumpriram a função de substituir as ordens primeiras, cf. Referências.

¹⁸ Cf. nas Referências: *O Etíope Resgatado*, de Ribeiro Rocha e a tese de Doutorado de Casimiro, 2002.

¹⁹ Cf. Dissertação de Mestrado de Paula Ruas Ferreira, 2016, nas Referências.

²⁰ Na História da Educação muito se conhece e se pesquisa sobre a *Ratio* jesuítica, e pouco se menciona a *Ratio* franciscana. O documento da *Ratio Studiorum OFM* foi exigido pelos frades no Capítulo Geral de San Diego (1991); depois, no Capítulo de Assis (1997); foi aprovada pelo Definitório Geral (19 de março de 2001) e promulgada pelo Ministro Geral no Definitório Geral, da Ordem Franciscana em 19 de março de 2001. A *Ratio Studiorum OFM* surgiu a partir dos documentos: Regra e Constituições e Estatutos gerais (cf. Art. 67 §§1-3). Apesar de ser um documento contemporâneo a *Ratio* traz todas as questões filosóficas e pedagógicas do método franciscano (FERREIRA, 2016).

²¹ Cf. Nascimento, 1994, e Lobo, 2001, nas Referências.

²² Também Leila Mezan Algranti discorre sobre as *Honradas e Devotas Mulheres da Colônia*. Cf., Referências

²³ Estudando as classes sociais na região mineradora no século XVIII, Laura de Mello e Souza (1982) introduz o conceito de ‘desclassificados’ para se referir aos que ficavam à margem da sociedade naquela época.

²⁴ Cf. nas Referências: *Os Desclassificados do Ouro*, de Laura Mello e Souza.

²⁵ A Exemplo do *Regimento Administrativo da Venerável Ordem Terceira de Nosso Seráfico Padre S. Francisco da Cidade de Noviços: 1768-1883* (In: Arquivo da Ordem Terceira de São Francisco de Assis da Bahia).

²⁶ No tempo descrito, “religião” era sinônimo de ordem religiosa.

²⁷ Os primeiros jesuítas chegaram ao Brasil em 1549, acompanhando o 1º governador geral Tomé de Souza. Neste grupo vieram 4 padres: Manuel da Nóbrega, Antonio Pires, Leonardo Nunes e João de Aspilcueta Navarro e dois irmãos: Vicente Rodrigues e Diogo Jácome, todos sob o comando de Manuel da Nóbrega. Em 1550 chegaram mais 4 padres: Afonso Braz, Francisco Pires, Manuel Paiva e Salvador Rodrigues, trazendo 7 meninos órfãos para ajudar na catequese. No ano de 1553, chegou ao Brasil o segundo governador geral, D. Duarte da Costa com mais sete jesuítas: os padres Luís da Grã, Lourenço Brás e Ambrósio Pires, e os irmãos José de Anchieta (com 19 anos de idade), Antonio Blasques, João Gonçalves e Gregório Serrão (FERREIRA, 1960, p. 41).

²⁸ É o que acontece, por exemplo, com os textos de João Evangelista Martins Terra e de Américo Jacobina Lacombe, que, a despeito do enfoque científico, pecam pela defesa excessiva da Igreja.

²⁹ Felizmente, uma terceira tendência, a que orientou o presente estudo, procura considerar que os historiadores devem ser subordinados ao ‘compromisso com a verdade’, independente da prática confessional

de cada um. Nesse campo, o presente estudo tomou como modelo os exercícios historiográficos de José Oscar Beozzo, Riolando Azzi, Cândido Costa e Silva e Hugo Fragoso, constantes nas Referências.

³⁰ Segundo a Autora, “As críticas negativas, atuais e/ou ‘atualizadas’ [...] apontam, quase sempre, para dois aspectos. Um identifica nos jesuítas ‘distorções na área afetiva’ tais como: autoritarismo, perversidade, violência, controle, imposição. Outro identifica uma ‘limitação de ordem cognitiva’ que termina por fazer com que a educação por eles encaminhada seja vista como fora da realidade do aluno ou da sociedade ‘brasileira’ (NAGEL, 1996, p. 25).

³¹ “o *modus parisiensis* [...] Recolhia uma longa experiência educacional, testada nos embates entre humanistas e escolásticos desde o século XV. Calcava-se nas humanidades clássicas como fundamento para os ulteriores estudos de Artes (Filosofia) e Teologia. A grade curricular apresentava-se concatenada, orgânica, com as matérias dispostas numa progressão que não permitia o avanço do aluno em débito com os conteúdos daquela etapa. Insistia-se na atividade do aluno, com muitos exercícios de repetição, em vista da assimilação pessoal. Os alunos eram divididos em classes conforme a idade, a bagagem intelectual e a complexidade das matérias” (KLEIN, 1997, p. 26).

³² Cf. LOYOLA, 1952; 1987.

³³ Dentre outros, Ronaldo Vainfas, Luiz Mott, Alfredo Bosi, Pedro de Alcântara Figueira, Hugo Fragoso etc. (Cf. nas Referências).

³⁴ O estoicismo foi um corpo filosófico consistente que influenciou os romanos e o cristianismo nascente com questões religiosas e morais.

³⁵ As virtudes cardiais estóico-cristãs são: Prudência, Justiça, Fortaleza, Temperança.

³⁶ Cf. FRAGOSO, Frei Hugo. *Um Teatro Mitológico ou um Sermão em Azulejos? Claustro do Convento de São Francisco*. 1 Ed. Paulo Afonso – Ba: Fonte Viva, 2006.

³⁷ Até a promulgação das *Constituições Primeiras*, em 1707, o Arcebispado Baiano se valia das constituições portuguesas. Depois da promulgação, até o Regime Imperial, as constituições baianas foram as únicas, pois só havia um arcebispado metropolitano no Brasil.

³⁸ O Seminário de Olinda foi fundado em 16 de fevereiro de 1800, e esse período específico, final do século XVIII e início do século XIX, foi de muita efervescência econômica e política. No Brasil estava em circulação plena as ideias iluministas, dentre as quais, se destacava o combate ao absolutismo monárquico e o autoritarismo.

³⁹ A música, a arquitetura, a pintura, a escultura, a talha, a procissão a ornamentação das igrejas, os textos literários, as encenações teatrais, os cantos sacros, os sermões, a obrigatoriedade dos sacramentos e dos mandamentos da Igreja — enfim, as mais importantes manifestações culturais daquele tempo visavam dar um reforço para a educação religiosa.

⁴⁰ Cf. CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo. Companhia das Letras: 1990

Recebido: fevereiro-16

Aprovado: março-16